

CURSINHO PARA CONCURSO COM O PROFESSOR GIANNAZI

Revisão



Luciene Cavalcante

- Pedagoga formada pela USP.
- Cursou o mestrado em Educação na Unicamp.
- Concursada da rede municipal de São Paulo desde 2002.
- Foi professora, diretora de escola, hoje é supervisora escolar.
- Foi professora da rede estadual de SP.
- Advogada e pesquisadora em direito educacional.

📷 /ProfLucieneCavalcante

Dissertativas

Dicas!

- 1- Leia a primeira vez para saber aquilo que está sendo perguntado.
- 2- Releia, agora grifando palavras chaves no texto base, que te ajudem a fazer uma boa dissertação.
- 3- Note que há três perguntas distintas, tente focar no objetivo de cada questão, para que você consiga se organizar no espaço delimitado da questão;
- 4- Faça o rascunho, releia e só passe a limpo após ter certeza que está do jeito que você planejou.
- 5- Faça uma letra legível.

Concurso: PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I - 2023

Banca: FGV

PROFESSORA
Luciene Cavalcante

vereador
Celso GIANNAZI

PROFESSOR
CARLOS GIANNAZI

Questão 1

Total de pontos máximo: 50 pontos

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. Sua dimensão estrutural explica-se pelo fato de comportamentos individuais e processos institucionais derivarem de uma sociedade em que o racismo é parte de um processo social que ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição. Entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas. Por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo, por isso, a mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas.

Adaptado de ALMEIDA, Silvio. Racismo Estrutural. São Paulo: Pólen, 2017, p.39, 40 e 41.

Com base no trecho, responda aos itens a seguir.

1. Identifique os aspectos que caracterizam a natureza estrutural do racismo, segundo o autor citado.

2. Apresente duas modificações incluídas a partir de 2003 na legislação referente às diretrizes da Educação Nacional Brasileira, a fim de valorizar identidades sócio-raciais historicamente marginalizadas e contribuir para a adoção de práticas antirracistas nas instituições

de ensino.

3. Descreva sucintamente uma proposta de atividade que aborde a temática do racismo, indicando a que ano se refere e quais são seus objetivos de aprendizagem.

1. Identifique os aspectos que caracterizam a natureza estrutural do racismo, segundo o autor citado.

A) O candidato deve explicar o termo racismo estrutural: uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e é estruturado pelas próprias relações sociais. (7,50 pontos). O candidato deve identificar que o racismo estrutural vai além de comportamentos individuais e/ou processos institucionais, ele é parte de um processo social em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas. (7,50 pontos).

2. Apresente duas modificações incluídas a partir de 2003 na legislação referente às diretrizes da Educação Nacional Brasileira, a fim de valorizar

identidades sócio-raciais historicamente marginalizadas e contribuir para a adoção de práticas antirracistas nas instituições de ensino.

Não há a necessidade (obrigatoriedade) dos candidatos saberem exatamente os números e datas das leis mencionadas, mas ele deve apontar o que foi acrescentado na LDB depois de 2003: a obrigatoriedade incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a temática História e Cultura Afro-brasileira (7,50 pontos) e, posteriormente, Indígena (7,50 pontos).

3. Descreva sucintamente uma proposta de atividade que aborde a temática do racismo, indicando a que ano se refere e quais são seus objetivos de aprendizagem.

O candidato deverá propor uma atividade, que aborde a temática do racismo, indicando para que ano está sendo pensada e quais objetivos promove (pelo menos 2 objetivos). A nota será prejudicada proporcionalmente caso o candidato proponha uma atividade que aborde tangencialmente a diversidade étnica e cultural e/ou não identifique de modo pertinente os objetivos adequados ao que propôs (de 0,00 a 5,00).

QUESTÃO 2

Total de pontos máximo: 50 pontos

As crianças de uma turma do Infantil II estavam observando o céu. A professora questionou o motivo da observação, e as crianças responderam que estavam “vendo o sol ir embora”. A partir dessa escuta, a professora, juntamente com sua turma, desenvolveu um projeto sobre o pôr do sol, que se desdobrou no conhecimento sobre o sistema solar. O registro da professora sobre esse trabalho apresentou desde o primeiro questionamento dos alunos até desenhos sobre as hipóteses das crianças, fotos do processo, material de pesquisa de livros e internet e escrita de um texto coletivo, tendo a professora como escriba de todo o percurso vivenciado. Tal trabalho constituiu-se em uma rica experiência de documentação pedagógica, que serviu de tema de estudo nos momentos de reunião e formação da equipe docente da escola.

Adaptado de São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. Currículo da cidade: Educação Infantil. SME/COPEd, 2019, p. 147.

O relato descreve uma forma de pensar e organizar o trabalho pedagógico, tendo como base o conceito de documentação pedagógica, sistematizado pelos estudos de Maria Carmem Silveira Barbosa, Ana Lucia Goulart de Faria e Suely Amaral Mello. Com base no relato e na obra Documentação Pedagógica: teoria e prática (2017) das educadoras citadas, responda aos itens a seguir.

1. Cite quatro formas de registro que não sejam de autoria exclusiva da professora.
2. Explique as relações estabelecidas entre o conceito de documentação pedagógica e o de registro.

3. Descreva o papel do educador e o da criança no processo de documentação pedagógica.

1. Cite quatro formas de registro que não sejam de autoria exclusiva da professora.

O candidato pode retirar os exemplos de formas de registro apresentados no relato transcrito ou lembrar desses exemplos, de acordo com o estudo da bibliografia estudada ou sua prática profissional e depois transpor discursivamente. (2,50 para cada exemplo citado)

2. Explique as relações estabelecidas entre o conceito de documentação pedagógica e o de registro.

O candidato deve identificar e explicar a seguinte relação: Apenas e somente se o registro for “qualificado”, ou seja, tiver um planejamento e acompanhamento reflexivo e crítico por parte da equipe docente, amparada pela equipe gestora, ele se torna Documentação Pedagógica.

Se o candidato apenas definir os conceitos de Documentação Pedagógica, mas não fizer a relação com a prática reflexiva do professor = 10,00 pontos.

Se o candidato apenas definir o que é registro, dando exemplos, mas não fizer a relação com a prática reflexiva do professor = 5,00 pontos.

3. Descreva o papel do educador e o da criança no processo de documentação pedagógica.

O candidato deve descrever o papel do professor e o papel do aluno no processo da documentação pedagógica. - do ponto de vista do professor: o registro está a serviço da sua formação profissional e não deve ser considerado apenas cumprimento de tarefas burocráticas exigidas pela escola. (10,00 pontos)

Se o candidato apenas mencionar ou dar exemplos, das tarefas do professor, mas não explicar que a documentação pedagógica está a serviço da sua formação = 5,00 pontos

- do ponto de vista da criança: o registro da prática pedagógica ilustra e valoriza o protagonismo infantil, evidenciando a autoria dos pequenos no processo de aprendizagem (10,00 pontos)

Se o candidato apenas descrever que a documentação pedagógica ilustra registros dos alunos, mas não evidenciar a autoria e protagonismo dos mesmos no processo = 5,00 pontos

Questão 1

Total de pontos máximo: 50 pontos

“O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino.”

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008, p. 14

Com base no documento, responda aos itens a seguir.

1. Indique duas medidas, previstas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que objetivam garantir a inclusão escolar.
2. Explique de que forma a Educação Inclusiva fundamenta-se na concepção de Direitos Humanos, para além da igualdade de oportunidades.
3. Apresente uma estratégia pedagógica que sensibilize todos os estudantes a respeito de uma educação capaz de conjugar igualdade e diferença como valores indissociáveis.

1. Indique duas medidas, previstas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que objetivam garantir a inclusão escolar.

O candidato recebe pontuação plena se identificar corretamente duas medidas que objetivam garantir a inclusão escolar previstas na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (7,5 cada)

2,5 pontos serão diminuídos do total em função de imprecisão ou falta de clareza.

2. Explique de que forma a Educação Inclusiva fundamenta-se na concepção de Direitos Humanos, para além da igualdade de oportunidades.

O candidato recebe pontuação plena se explicar de que forma a Educação Inclusiva está fundamentada na concepção de Direitos Humanos, para além da igualdade de oportunidades = precisa estabelecer uma relação com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (item V, especialmente) e Declaração de Salamanca

Se o candidato relaciona a Educação Inclusiva a uma perspectiva vaga de Direitos Humanos ou a valores genéricos como “igualdade”, “isonomia”, entre outros, recebe até 10,00 pontos). 5,00 pontos serão diminuídos do total em função de imprecisão ou falta de clareza.

3. Apresente uma estratégia pedagógica que sensibilize todos os estudantes a respeito de uma educação capaz de conjugar igualdade e diferença como valores indissociáveis.

O candidato recebe até 15,00 pontos se apresentar uma estratégia pedagógica capaz de sensibilizar todos os estudantes a respeito de uma educação capaz de conjugar igualdade e diferença como valores indissociáveis.

O candidato recebe até 10,00 pontos se a estratégia é apenas citada e não descrita, apontando seu impacto em consonância com os ideais de uma Educação Inclusiva.

O candidato recebe até 5 pontos se a estratégia citada não envolve toda a comunidade escolar, uma vez que o público-alvo da educação inclusiva orientada pelo direito universal à educação, envolve todas as pessoas, independentemente de suas particularidades

2,50 pontos serão diminuídos do total em função de imprecisão ou falta de clareza.

Questão 2

Total de pontos máximo: 50 pontos

O vocábulo mediação nasce do latim mediatio, do verbo mediare - dividir pela metade, estar no meio. Como conceito, nas áreas de educação, arte e cultura, a mediação indica o “estar no meio” e implica na complexa posição de “estar entre”, que possibilita uma rede de múltiplas provocações e possibilidades de relações entre os sujeitos, objetos, espaços e contextos envolvidos.

Assim, considerando o ser humano como um ser histórico e social inserido em sua cultura, a mediação é compreendida como interação e diálogo que valoriza e dá voz ao outro, ampliando horizontes que levam em conta a singularidade dos sujeitos em processos educativos na escola ou fora dela. É uma “mediação cultural”. Como função, a mediação é um convite à aesthesis, à percepção sensível que desarma a anestesia que leva à indiferença.

Adaptado de MARTINS, M. C. Verbetes: MEDIAÇÃO. In: Caderno da Política Nacional de Educação Museal – PNEM. Brasília, DF: IBRAM, 2018, p. 84-85.

Com base no trecho e em seus conhecimentos, faça o que se pede.

1. Indique duas ações pertinentes à função do educador enquanto mediador entre a arte e o aprendiz, em ambiente escolar.
2. Explique como a mediação cultural pode potencializar o encontro dos alunos com o patrimônio da cidade de São Paulo.

3. Descreva uma estratégia adequada de avaliação como processo a ser aplicada a atividades educativas de mediação cultural.

1. Indique duas ações pertinentes à função do educador enquanto mediador entre a arte e o aprendiz, em ambiente escolar.

O candidato recebe pontuação plena se indicar corretamente duas ações pertinentes à função do educador enquanto mediador entre a arte e o aprendiz, em ambiente escolar (7,5 cada), como, por exemplo, selecionar obras levando em conta o repertório dos aprendizes e o conteúdo curricular, tendo clareza da sua intencionalidade; propor exercícios de leitura de trabalhos de artistas e dos educandos; promover o acesso a artistas/experiências artísticas de diversas linguagens; enriquecer as referências e o repertório dos aprendizes; promover experiências de estesia, entre outras. Se apontar tarefas genéricas (promover debates, provocar reflexões...) não relacionadas a objetos/experiências artísticas, apenas 5,0. 2,5 pontos serão diminuídos do total em função de imprecisão ou falta de clareza na descrição das ações de mediação.

2. Explique como a mediação cultural pode potencializar o encontro dos alunos com o patrimônio da cidade de São Paulo.

O candidato recebe pontuação plena se explicar como práticas de mediação cultural podem promover e ressignificar a relação dos alunos com o patrimônio (material e/ou imaterial) da cidade de São Paulo. Para tanto, espera-se que o candidato indique que processos de aprendizagem são propiciados pelas ações de mediação cultural em arte. O candidato recebe até 15 pontos se no lugar de explicar que processos de aprendizagem são propiciados pela mediação cultural apenas descrever práticas de mediação cultural que aproximam os discentes do patrimônio cultural de São Paulo (apresentar o patrimônio cultural de SP mediante percursos virtuais e/ou materiais). O candidato recebe 5 pontos se apenas citar práticas de mediação cultural que aproximam os discentes do patrimônio cultural de São Paulo, de forma genérica. Caso a caracterização seja incompleta ou imprecisa, o candidato terá sua nota total diminuída de 2, 5 pontos.

3. Descreva uma estratégia adequada de avaliação como processo a ser aplicada a atividades educativas de mediação cultural.

O candidato recebe pontuação plena se identificar uma estratégia própria da avaliação processual (5,0) e a relacionar de modo pertinente a um objetivo da mediação cultural (10,0) (o candidato deve explicitar como propõe avaliar o processo de criação e de que modo os critérios de avaliação por ele selecionados contribuem para o desenvolvimento da experiência artística dos educandos). O candidato recebe até 10 pontos se identificar uma estratégia própria da avaliação processual (5,0) mas esta não for adequada aos objetivos da mediação cultural e/ou se essa relação não for indicada corretamente (5,0). O candidato recebe até 5,0 pontos se apenas identificar uma estratégia própria da avaliação processual. 2,5 pontos serão diminuídos do total em função de imprecisão ou falta de clareza na descrição das ações de mediação

Educação Inclusiva

Nas unidades escolares da rede municipal de São Paulo, o atendimento aos educandos portadores de deficiência, com Transtornos Globais do Desenvolvimento – TGD ou com Altas Habilidades / Superdotação – AH/SD, deverá seguir a Portaria nº 1.185. A esse respeito, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

() Deve ser estruturado um plano de Atendimento Educacional Especializado básico para atender a todos os alunos que necessitam de atendimento especial.

() Deve ser elaborado um Plano de Atendimento Educacional Especializado individual, que deverá ter um orientador de atendimento, independentemente da forma ofertada.

() Deve ser preparada uma versão reduzida do planejamento curricular da escola com o objetivo de atender esses educandos.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V, V e F.

(B) F, V e V.

(C) V, F e F.

(D) F, V e F.

(E) F, F e V.

Observe a imagem a seguir:



A Constituição Federal de 1988 define princípios sob os quais o ensino será ministrado. A imagem acima é bem representativa do seguinte princípio:

(A) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.

(B) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.

(C) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

(D) Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

(E) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

"A diferença propõe conflito, o dissenso e a imprevisibilidade, a impossibilidade do cálculo, da definição, a multiplicidade incontável e infinita. Essas situações não se enquadram na cultura da igualdade das escolas, introduzindo nelas um elemento complicador que se torna insuportável e delirante para os reacionários que as compõem e as defendem tal como ela ainda se mantém." (MANTOAN et. al., 2006, p. 18). Sobre a complexa relação entre igualdades e diferenças em Educação Especial, assinale a alternativa correta.

- a) A igualdade dos alunos deve ser pensada em relação ao direito universal de aprender, e as diferenças valorizadas como peculiaridades individuais no aprendizado.
- b) Enquanto os alunos com necessidades especiais não forem totalmente iguais aos demais alunos, não haverá uma mudança de paradigma em relação à educação tradicional.
- c) A escola necessita eliminar seus conflitos, a fim de promover uma verdadeira cultura da igualdade.
- d) As diferenças individuais são inevitáveis, e, portanto, deve-se romper com a ideia de igualdade, pois a igualdade produz conflito no ambiente escolar.
- e) Tal questão deve ser evitada, a fim de se realizar uma verdadeira superação do conflito

A respeito da Educação Inclusiva, analise as seguintes afirmações.

I. Pensar a questão da igualdade na escola implica a construção de políticas nas quais as pessoas sejam compreendidas como iguais, em seus múltiplos aspectos.

II. A maior polêmica em relação à Educação Inclusiva não consiste somente nas práticas do cotidiano escolar, mas especialmente na questão filosófica e política acerca da questão igualdade - diferença.

III. Consiste num desafio para as escolas, que precisam romper com modelos tradicionais de educação e valorizar a diversidade humana como condição que pode favorecer a aprendizagem.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, II, apenas.
- b) I, III, apenas.
- c) I, II, III, apenas.
- d) II, III, apenas.
- e) I, apenas.

Sobre o panorama das políticas de Educação Inclusiva no Brasil, considere as seguintes afirmações:

I. Foi concebida para adaptar-se aos métodos de ensino já estabelecidos, a fim de garantir um processo de inclusão mais significativo.

II. Ainda há uma discrepância entre as possibilidades de uma educação inclusiva, prevista por lei, e as práticas escolares cotidianas.

III. A realidade brasileira, por sua diversidade étnica, torna mais difícil o desafio da inclusão escolar.

IV. Na política educacional brasileira há um processo de municipalização do Ensino Fundamental que atribui aos municípios parte da responsabilidade administrativa e pedagógica em relação ao acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas especiais.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I, IV, apenas.
- b) II, III, IV, apenas.
- c) II, IV, apenas.
- d) II, III, apenas.
- e) I e II, apenas.

Leia a manchete a seguir.

'Fiquei revoltada', diz mãe de criança anã que teve matrícula escolar negada

Escola de Votorantim (SP) foi condenada a pagar indenização de R\$ 20 mil. Instituição nega preconceito e afirma que vai recorrer de decisão.

(Matéria publicada no site de notícias G1, em 19/01/2016).

Esse caso é um exemplo de descumprimento do seguinte princípio legal:

- (A) a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- (B) a gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- (C) a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.
- (D) a garantia de que o ensino será ministrado segundo padrões de qualidade.
- (E) a seleção de condições para o acesso e a permanência na escola.

Currículo da Cidade

“Uma vez que admitimos que o currículo é uma construção onde se encontram diferentes respostas a opções possíveis, onde é preciso decidir sobre as possibilidades que nos são apresentadas, esse currículo real é uma possibilidade entre outras alternativas.”

(Gimeno Sacristán, 2013, p. 23).

Dessa constatação, decorre outra, a saber, o currículo

- (A) é resultado de certas tradições que se estabeleceram ao longo do tempo e, sendo assim, não podem ser revistas ou modificadas.
- (B) é campo neutro, objetivo, uma questão que depende de decisões técnicas a serem tomadas e postas em prática.
- (C) não é neutro e universal, mas território controverso e conflituoso a respeito do qual decisões são tomadas e opções são feitas.
- (D) é um campo tradicional, cujas orientações e opções são as únicas possíveis e, como tal, devem ser seguidas.
- (E) impõe objetivos educacionais que são delimitados pelos conteúdos universais a serem transmitidos aos alunos.

No que tange ao Currículo da Educação Infantil, o Parecer CNE/CEB no 20/2009 diz o seguinte: “Intencionalmente planejadas e permanentemente avaliadas, as práticas que estruturam o cotidiano das instituições de Educação Infantil devem considerar a integralidade e indivisibilidade das dimensões expressivo-motora, afetiva, cognitiva, linguística, ética, estética e sociocultural das crianças, apontar as experiências de aprendizagem que se espera promover junto às crianças e efetivar-se por meio de modalidades que assegurem as metas educacionais de seu projeto pedagógico” (p. 6). Nesse sentido, o currículo da Educação Infantil

- (A) constitui um instrumento político da educação popular para formar os pais por intermédio dos alunos.

(B) representa um instrumento político, cultural e científico formulado pela equipe gestora da escola e divulgado aos professores e pais.

(C) detalha os cuidados que devem ser dispensados pelos professores cuidadores quanto às brincadeiras, que sempre devem ser livres de modo a não limitar a criatividade e a espontaneidade dos alunos.

(D) ultrapassa as experiências vivenciadas pelas crianças mais pobres que, geralmente, tem repertório muito limitado de vocabulário, o que afeta a construção de relações sociais e da própria identidade.

(E) é concebido como um conjunto de práticas que articulam, de modo gradativo, as experiências e saberes das crianças com o repertório de conhecimentos cada vez mais abrangente produzido pela humanidade.

Atente para o seguinte quadro delineado diariamente na maior parte das escolas brasileiras: alunos fazem fila para entrar em classe; as carteiras são enfileiradas umas atrás das outras; a mesa do professor à frente; lições passadas na lousa pelo mestre e alunos copiando; o professor dá explicações orais e coletivas; a comunicação entre os alunos é limitada, assim como sua movimentação. De acordo com Moreira e Candau (in: Brasil. MEC/ SEB, 2008), esses são procedimentos que representam

(A) a parte do currículo voltado aos comportamentos coletivos e disciplinares, explicitada nas propostas elaboradas pela comunidade escolar.

(B) o aspecto moral e cívico do currículo, que visa a formação do sentimento de ordem e disciplina.

(C) o currículo oculto, que envolve atitudes e valores transmitidos de modo subliminar, por meio das relações sociais e das rotinas do cotidiano escolar, como rituais e regras.

(D) o conteúdo dos cursos de pedagogia e das licenciaturas, apreendidos e aplicados pelos docentes, e avaliado nos diferentes graus da escolarização.

(E) o modo de funcionar natural das escolas, que sempre foi e sempre será assim, conforme orientações dos sistemas educacionais.

A Secretaria Municipal de Educação, ao discorrer sobre Currículo e o Ciclo Interdisciplinar, registra que a construção e a consolidação de um currículo supõem compreensão conceitual, reflexões coletivas e individuais, bem como consciência da necessidade de, permanentemente, problematizar nos espaços de formação os elementos do currículo em busca de construir coletivamente as condições para um currículo autêntico, que considere os direitos de aprendizagem dos sujeitos do Ciclo Interdisciplinar, traduzidos nos seguintes princípios:

(A) psicológicos, históricos e pedagógicos.

(B) sociais, históricos e didáticos.

(C) éticos, políticos e estéticos.

(D) filosóficos, psicológicos e didáticos.

(E) filosóficos, psicológicos e pedagógicos.

De acordo com os documentos oficiais da Secretaria Municipal de São Paulo, o currículo na Educação Infantil deve contemplar um caráter integrador e construir-se envolvendo todos os atores do processo educativo, famílias, bebês, crianças, educadores(as) e comunidade, rompendo com o caráter prescritivo e homogeneizador, bem como com a cisão entre CEI e EMEI e destas com o Ensino Fundamental, tendo como eixo

(A) a música, a dança e os jogos.

PROFESSORA
**Luciene-
Cavalcante**

vereador
**Celso
GIANNAZI**

PROFESSOR
**CARLOS
GIANNAZI**

- (B) o lúdico, o brincar e a arte.
- (C) o brincar, o desenhar e o dramatizar.
- (D) o cantar, o falar e o desenhar.
- (E) a música, o desenho e a brincadeira de faz de conta.

O Programa de Reorganização Curricular e Administrativa, Ampliação e Fortalecimento da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, o “Mais Educação São Paulo”, tem entre suas finalidades principais, conforme o disposto no Decreto nº 54.452/13,

- (A) o fortalecimento da gestão democrática e participativa, com envolvimento da equipe escolar.
- (B) a promoção de melhoria da qualidade social na Educação Básica e, consequentemente, dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.
- (C) a integração curricular no Ensino Fundamental.
- (D) a alfabetização de todas as crianças até o 2o ano do Ensino Fundamental nos termos do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC.
- (E) a ampliação do número de vagas para o Ensino Fundamental e a universalização do atendimento para as crianças de 6 anos de idade.

Conforme o documento Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para a implantação, é correto afirmar que a avaliação na Educação Infantil

- (A) contempla instrumentos que assumem diferentes formas de registro: relatórios descritivos, portfólios individuais e do grupo, fotos, filmagens, as próprias produções das crianças, como desenhos, esculturas, maquetes, entre outras.
- (B) é efetivada por meio de relatórios descritivos individuais que têm por função descrever as atividades das crianças, a fim de classificá-las, além de servir de critério para retê-las no prosseguimento de sua vida escolar.
- (C) utiliza instrumentos que passam por diferentes formas de registro e que têm como objetivo comparar ou medir o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças com finalidades classificatórias e segregacionistas.
- (D) contempla a análise progressiva da conquista do sistema alfabético pelo educando, bem como aquelas referentes ao conhecimento matemático e ao alcance dos direitos e objetivos de aprendizagem.
- (E) é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática, tendo como uma de suas metas o diagnóstico da situação de aprendizagem de cada criança, em relação à programação curricular prevista e desenvolvida em cada nível e etapa da escolaridade.

“A Unidade Educacional é um espaço de criação e recriação da cultura. Não é só promoção da aprendizagem, mas recuperação do sentido no campo da filosofia, ciência e arte, recuperação do conhecimento. Um conjunto de áreas pode dialogar na experiência educativa.” (Programa Mais Educação São Paulo. Subsídios para a implantação, SME/DOT, 2014, p. 13) Para criar e recriar cultura, a unidade escolar precisa de tempo e espaço, o que é garantido pela existência dos horários de trabalho coletivo e das reuniões pedagógicas. A organização e a condução dessas atividades coletivas na escola fazem parte da

- (A) gestão democrática, diretamente vinculada ao papel da escola pública na sociedade contemporânea.

- (B) gestão pedagógica, que promove a reflexão e a elaboração sobre as experiências reais em sala de aula e no ambiente educativo em geral.
- (C) gestão da informação, que cuida do sistema informatizado e centralizado sobre os dados relativos ao percurso formativo dos profissionais.
- (D) gestão do conhecimento, que gerencia todos os saberes que circulam na rede em suas diversas esferas.
- (E) gestão das prioridades, que coordena a seleção de tópicos de formação a partir das necessidades e desejos da rede e da visão estratégica da política educacional.

No âmbito da avaliação institucional, as unidades de Educação Infantil realizam anualmente a autoavaliação em que são analisados aspectos pautados nas ações cotidianas das unidades com base na rotina das crianças e dos educadores, bem como na infraestrutura organizacional das unidades. Assim, a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo está colocando a avaliação como um ponto de pauta nas formações de educadores, em especial com a organização de Seminários Regionais que discutirão o tema “Qualidade e Avaliação na Educação Infantil”. (Programa Mais Educação São Paulo: subsídios para a implantação. SME/DOT, 2014)

Esses seminários incentivarão as Unidades Educacionais a utilizarem como um instrumento de autoavaliação

- (A) o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, publicado pelo Ministério da Educação, em 1998.
 - (B) os Indicadores de Qualidade para a Educação Infantil, publicados pelo Ministério da Educação, em 2009.
 - (C) a Política Nacional de Educação Infantil, publicada pelo Ministério da Educação, em 2006.
 - (D) Os Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças, publicados pelo Ministério da Educação, em 2009.
 - (E) os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil, publicados pelo Ministério da Educação, em 2006.
-